

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
10 DE SETEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, PTB: Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (36). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni, Nelson Garcia; Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Nereu Moura, Ricardo Chab, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Nelson Justus; Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia, Antonio Baratter e Neivo Beraldin (18).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Proposta de Emenda à Constituição:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº**

Art. 1º - Acrescenta parágrafo ao artigo 61 da Constituição do Estado, com o seguinte teor:

“Art. 61 - ...

§ 5º - No ano em que se realizar eleição estadual, o recesso de julho será transferido para os trinta dias anteriores ao pleito eleitoral”.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoioamento:

Divanir Braz Palma, Fernando Guimarães, Basílio Zanusso, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Ricardo Maia, Renato Gaúcho, Duílio Genari, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Sérgio Spada, Eli Ghellere, Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Luiz Carlos Alborghetti, Durval Amaral, Luiz Carlos Zuk e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A legislação não exige a desincompatibilização dos deputados estaduais para concorrer a novo mandato eletivo. A grande maioria dos cinquenta e quatro deputados não têm as respectivas bases eleitorais em Curitiba e região, exigindo desses parlamentares constantes viagens ao interior do Estado.

Sobretudo durante o período eleitoral, é difícil ao deputado estadual estar presente nas Sessões da Assembleia e cumprir as extensas agendas de campanha. Dessa forma, a adequação do período de recesso ao período de trinta dias, imediatamente anterior ao pleito eleitoral.

Existe uma grande cobrança sobre o trabalho dos deputados no período eleitoral, considerando que os mesmos estão no exercício do mandato e ao mesmo tempo buscam a reeleição. A reeleição está instituída para os cargos do Legislativo e as dificuldades impostas aos parlamentares dificultam o real exercício desse direito.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2232**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 2230**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 435/96.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, REQUER a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias contados a partir de 04 de outubro de 2002, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de sessenta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está analisando uma diversidade de setores, apurando a fundo todos os documentos enviados. Apesar da supracitada Comissão reunir-se também durante o recesso parlamentar, verificou-se a escassez de tempo hábil para que a mesma pudesse realizar maior detalhamento embasado nas denúncias enviadas a esta CPI.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI

CEZAR SILVESTRI

#### REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Blan - Chico Patrão - ocorrido no dia 07 de setembro de 2002, no município de Cândido de Abreu.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva senhora Joana Mozer Blan e demais familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Paraná, nº 03 (Prefeitura Municipal) - CEP 84470-000 - Cândido de Abreu / PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Mamborê, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de setembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Mamborê, na pessoa de seu prefeito, senhor Lair Pedro Maggioni (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000 - Mamborê / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores, por seu presidente, senhor Dor-

neles Adão Cavalli (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000, Mamborê / PR).

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de congratulações à Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, pelos seus oito anos de fundação, ocorrido no dia 08 de setembro do corrente, bem como remetida mensagem congratulatória e cópia desta proposição à instituição religiosa, na pessoa do Bispo Cirino Ferro.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de congratulações à Igreja Ministério da Graça, do município de Fazenda Rio Grande, na pessoa do Pastor João Ribeiro, pelos seus oito anos de fundação, ocorrido no dia 07 de setembro do corrente, bem como seja remetida mensagem congratulatória e cópia desta proposição à instituição religiosa.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente requerer votos de congratulações ao jovem paranaense Rafael Silva Magno pela conquista do Bicampeonato Brasileiro de Kart, na categoria júnior.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessado acerca do voto em apreço até o dia 16.09.2002, no endereço da rua Schiller, 1.140 - apto. 23-F/Curitiba-PR, CEP 80.040-160.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja endereçada correspondência ao diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, bem como ao prefeito municipal de Londrina, solicitando dos mesmos providências no sentido da instalação de Luminárias nos postes existentes na Vila Rural do Distrito de Lerroville.

Solicita-se, outrossim, dê-se ciência desta reivindicação ao senhor Nei, na Rua Bahia, 239, Distrito de Lerroville, CEP 86.123-000 - Londrina/PR.

Os postes já estão instalados, mas faltam as luminárias para complementar as unidades de iluminação pública. Aproximadamente dezessete luminárias devem ser instaladas para implementar a iluminação pública na referida localidade.

As famílias residentes na Vila Rural estão preocupadas com a segurança principalmente dos estudantes e dos trabalhadores que têm atividades no período noturno, pois a escuridão favorece a atuação de marginais.

Diante da importância do atendimento à comunidade londrinense, solicita-se a cooperação entre a Copel e a Prefeitura Municipal no intuito de eliminar esse fator de insegurança para os trabalhadores da Vila Rural do Distrito de Lerroville.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 624/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos apreendidos por infrações de trânsito poderão ser doados a instituições filantrópicas, após o Departamento de Trânsito proceder às medidas legais que autorizem a alienação em leilão, sem ônus para as beneficiárias.

Art. 2º - Os veículos doados pelos proprietários a instituições filantrópicas antes de finalizado o processo permitindo a alienação leilão, serão liberados em favor das beneficiárias pelo Departamento de Trânsito, livres de quaisquer ônus.

Art. 3º - Compreende-se por ônus para efeitos desta lei, os débitos relativos a multas por infrações de trânsito, despesas com a remoção do veículo e estadia no pátio. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e licenciamento vencidos.

Art. 4º - A liberação somente será efetivada com a aceitação da doação pela entidade beneficiada e aprovada pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 5º - O proprietário que efetuar a doação no prazo constante no artigo 2º, receberá o benefício da anistia quanto aos débitos incidentes sobre o veículo e especificados no artigo 3º.

Parágrafo Único - A anistia não alcançará efeitos no tocante à pontuação na Carteira Nacional de Habilitação do proprietário doador.

Art. 6º - Os veículos doados nos termos desta lei deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento a programas sociais voltados ao combate à fome, drogas, pobreza, à saúde e ao amparo ao jovem e adolescente.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família ficará responsável pela aprovação da doação, após análise do mérito dos pedidos das entidades, devendo editar normas para avaliação e seleção das instituições filantrópicas a serem beneficiadas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

### JUSTIFICATIVA:

Centenas de veículos lotam o pátio do Detran e das circunscrições de trânsito do Estado, cujos proprietários de uma quantidade significativa de veículos não os retiram diante do elevado valor das multas e outros ônus incidentes sobre os veículos.

Muitos dos veículos encontram-se em condições de uso e permanecem nos pátios das unidades de trânsito sendo danificados pelo tempo até conclusão de todo o processo de leilão, que demora aproximadamente 90 dias, no mínimo, para serem levados à oferta pública.

O nosso objetivo é fazer com que esse veículo em condições de uso ou que possam ser utilizados após pequenos reparos, e doados pelos proprietários a instituições filantrópicas, sejam liberados pelo Detran sem qualquer ônus para a entidade beneficiada.

A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, antes da doação seria consultada para, com base em critérios definidos pela Pasta, decidir sobre o mérito da doação à entidade postulante.

Sabemos das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia por entidades de cunho social que necessitam de veículo para transportar pessoas até hospitais, fazer atendimento em domicílio, transportar alimentos e outros produtos ou bens, enfim, o automóvel é de extrema necessidade para o desenvolvimento das atividades de inúmeras entidades, muitas não possuindo condições de adquirir um veículo, razão que nos leva a apresentar esta proposição.

A entidade deverá receber o veículo livre de quaisquer ônus, ou seja, de multas, IPVA e licenciamento atrasados. Para viabilizar a doação desses veículos, sugerimos também que os proprietários doadores, em contra-partida, recebam uma anistia no que se refere o débito de multas, ipva e licenciamento atrasados, valendo salientar que estes permanecerão com penalidades quanto a ponto na carteira da habilitação.

Entendemos que é uma forma do governo colaborar com as entidades de caráter assistencial cuja sobrevivência depende da ajuda da comunidade e que muito tem colaborado amparando em diversas áreas pessoas necessitadas da sociedade paranaense.

## PROJETO DE LEI Nº 625/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida alínea ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com as seguintes redações:

“Art. 14 -...

II -...

...) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: Código 6101 a 6117 (vestuário e artefatos de malha); Códigos 6201 a 6217 (vestuário e seus acessórios, exceto de malha); Códigos 6301 a 6304 (outros artefatos têxteis); e Código 6505.9000 (bonés).”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de propor a minoração da carga tributária relativa ao ICMS incidente sobre o setor do vestuário paranaense que vem sofrendo, nos últimos tempos, um processo de definhamento ocasionado, principalmente, pela transferência geográfica de um bom número de empresas para locais em que se estabelecem condições competitivas mais adequadas. E estas condições foram criadas preponderantemente a partir de outorga de incentivos fiscais.

Embora de alcance limitado, principalmente diante de um confronto com políticas de incentivo adotadas em outros Estados, um primeiro passo para conferir ao setor de vestuário maior e melhor condição de competitividade e rebaixar, de dezoito para doze por cento, a alíquota do ICMS nas operações internas com os produtos de sua fabricação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 626/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Arapongas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, criada em 2000, com o objetivo de promover o

atendimento às pessoas portadoras de patologia oncológicas, e suas famílias, do município de Arapongas e região.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 627/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - A gratificação pelo exercício das atividades em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, fica atribuída aos ocupantes do cargo de agente universitário, no efetivo exercício de suas funções, na forma que dispõe a presente lei.

Art. 2º - A gratificação de que trata o artigo será paga mediante opção do servidor, observado o estabelecido nos artigos 56 e seguintes da Lei nº 6.174/70, e corresponderá até 55% (cinquenta e cinco por cento) do vencimento básico de cada classe, conforme tabela constante do anexo II da Lei nº 11.713/97.

Parágrafo Único - A percepção da gratificação pelo exercício das atividades em regime de tempo integral e dedicação exclusiva é inacumulável com as gratificações de produtividade, prevista na Lei nº 6.569, de 25 de junho de 1974, e pela prestação de serviços extraordinários, prevista no artigo 172 da Lei nº 6.174/70.

Art. 3º - Os servidores beneficiados com a gratificação a que se refere esta lei ficam sujeitos à jornada de quarenta e duas horas e meia semanais de trabalho, com impedimento de exercerem outras atividades remuneradas, sejam públicas, privadas ou autônomas.

Art. 4º - A gratificação pelo exercício de atividades em regime de tempo integral e dedicação exclusiva integrará os proventos de aposentadoria do servidor, desde que percebida nos últimos 05 (cinco) anos anteriores à aposentadoria.

Art. 5º - Os critérios para a concessão do TIDE serão regulamentados pelos Órgãos Normativos das Instituições de Ensino Superior Público do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2002.

(a) SERGIO SPADA

## JUSTIFICATIVA:

Já existe no Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais a previsão de pagamento da gratificação pelo exercício das atividades em Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) para os técnicos administrativos das instituições de ensino superior. Para que esse direito seja

colocado em prática, falta a regulamentação da lei, que ora propomos.

O pagamento desta gratificação, além do cumprimento da lei, também promove a igualdade no tratamento dispensado pelo Estado aos servidores públicos, já que recentemente os policiais civis passaram a incorporar o TIDE em seus rendimentos.

Além da isonomia dentro da categoria, a adoção do TIDE para os técnicos administrativos, ainda terá o poder de desonerar a folha de pagamento da categoria, vez que esses funcionários freqüentemente fazem horas extras o que eleva as despesas com salários.

Pelo exposto acima, conto com a colaboração dos pares para a aprovação do projeto em tela e sua rápida entrada em vigor.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC.

Pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, conversava ainda há pouco com o líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi e indagava a ele se algum entendimento havia acontecido entre os líderes e a presidência quanto às Sessões das próximas semanas até as eleições, porque o jornal traz informações de que poderá isso acontecer.

Gostaria de saber se tem alguma coisa definida, porque caso haja essa definição de não ter mais Sessões, tenho necessidade de aprovar hoje um novo requerimento prorrogando o prazo de funcionamento da CPI dos Alimentos. Porque pelos requerimentos até então aprovados por este Plenário, tenho autorização para funcionar a CPI, se não me falha a memória, até dia 04 de outubro.

Então, gostaria de ter essa informação de V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fui informado ontem oficialmente pelo Poder Executivo, que mandará ainda esta semana a Mensagem da Polícia Militar. Então pretendo manter a Sessão na próxima segunda e terça-feiras. Depois, num entendimento poderemos suspender as Sessões.

No horário da liderança do PDT com a palavra o Sr. Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quase anonimamente a secretária da Educação foi demitida. Nós que acompanhamos de perto a área educacional, seja no município de Ponta Grossa, na Região dos Campos Gerais e em todo o Paraná, vimos o alívio com que as senhoras professoras do Estado sentiram o afastamento daquela titular. Uma pessoa que nós não julgamos o mérito pessoal, a qualificação que realmente ela possui,

mas a maneira pela qual ela dirigiu a Educação neste Estado quando esteve à frente daquela Secretaria.

Criou diversos problemas ao Governo do Paraná e principalmente a esta Casa, e mais de perto ainda ao ilustre deputado Seleme, que é um dos que de perto cuida da educação especial daqueles que realmente Deus não deu condições pela qual nós todos desfrutamos, que é uma saúde normal. E tivemos em frente a esta Casa o dissabor de ver a presença de centenas de crianças, pais, professores com as classes especiais do Estado quando aquela titular quis retirar as professoras. Faziam, realmente, com que aqueles irmãos nossos sofressem, até o fechamento de algumas escolas.

Não foi só com as classes especiais que essa professora assim surgiu. Foi também essa titular da Secretaria da Educação em inúmeras posições antagônicas ao Estado Democrático que vivemos, com aqueles decretos. O ilustre deputado Elio Rusch nos acompanhava naquela oportunidade, ela viu, através do Decreto, o surgimento nesta Casa quando aqui vieram Associações de Pais e Mestres lideradas por inúmeros deputados, inclusive professores de Cianorte, professores do Norte do Paraná sob a liderança do deputado Edno Guimarães que aqui vieram testemunhar de que aquele decreto realmente não ia ao encontro da vontade da maioria de Associações de Pais e Mestres do Paraná.

Poderíamos, senhores deputados, ficar aqui a manhã toda dizendo dos dissabores que essa secretária criou: tanto ao Governo do Paraná, quanto a nós, deputados, da Situação ou da Bancada do Povo. E agora parece-me que um alívio tomou conta não só da Bancada Situcionista, mas também dos professores do Paraná.

#### O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Só queria comentar, compartilho de algumas opiniões a respeito da conduta da Secretaria de Estado na área de Educação. Vou contar um episódio que ilustra, um pouco, a Secretaria da Educação.

Alguns professores e diretores aqui de uma escola do Bairro Alto, e o deputado Algaci Tulio estava junto comigo, a escola é do Estado mais está num colégio de freiras. E as freiras não querem mais continuar o aluguel. Estão lutando com isso já há algum tempo e marquei uma reunião com a secretária da Educação, que já sabia e já tinha o nome das pessoas que iriam à Secretaria acompanhadas de dois deputados da Comissão de Educação, e lá chegamos.

O moço da portaria primeiro pediu minha identificação, identifiquei-me, deu-me um crachá para que eu pudesse atravessar aquela roleta e pediu o nome das pessoas. Eram cinco pessoas: duas não puderam comparecer e mandaram no lugar a presidente da Associação de Pais e Amigos da Escola. A secretária da Educação não deixou entrar. Nós argumentamos, mas como não tinha sido notificado antes não poderia entrar. Chamaram um coordenador da Secretaria da Educação e ele foi na entrada e

disse: “realmente não pode entrar”. A presidente da Associação de Pais e Amigos teve que voltar e ir embora.

Pois bem, fizemos a reunião com o deputado Duílio Genari, entramos, revelamos esses problemas, conversamos com outras pessoas porque a secretária estava em reunião com o governador. Quando a secretária chegou, no final, nós já estávamos saindo da Secretaria e nos cumprimentou. A reunião até foi boa, a reunião apontou alguns caminhos para a solução do problema; a secretária nos cumprimentou e lamentou a sua ausência. Daí uma das professoras disse: “olha, secretária, a reunião foi boa mas gostaria de fazer uma queixa. Porque aqui na entrada fomos barrados e a presidente da Associação que veio substituindo uma professora não pôde entrar, foi embora”. Aí, a Kika que até já foi secretária do presidente Hermas Brandão, disse: “não, isso não aconteceu...”, o deputado Algaci Tulio estava lá e lembra. Aí a moça: “não, mas inclusive o coordenador estava lá e ele que não deixou entrar”. Aí, a secretária disse: “olha, vocês têm que entender que tem muito roubo aqui na Secretaria. Há dois dias roubaram um computador”. Quase caí de costas. Acho que a secretária não percebeu o que estava falando. Estavam cinco professores e pais de alunos entrando na Secretaria da Educação, uma presidente foi barrada e ela justifica pelos roubos que acontecem na Secretaria.

Veja a cultura que a Secretaria foi criando ao manter relacionamento com a comunidade escolar. Essa visão muito técnica, muito gerencial de custo e essas coisas todas, fazem com que as pessoas percam, com o tempo, o limite do relacionamento humano. Acho que a secretária da Educação acabou se perdendo em si mesma e os seus assessores também. Era só para corroborar. Olha, onde chega, estava acompanhada e justifica por causa de roubo. Não tem cabimento um troço desses.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do deputado Ângelo Vanhoni e queria rememorar o transporte escolar do Paraná. Foi essa secretária que criou os dissabores entre o Executivo, o Legislativo e os municípios do Paraná quando não foi ao encontro com o anseio demonstrado pelas milhares e milhares de crianças em todos os domicílios do Estado que necessitavam de transporte escolar para chegar até à sala de aula. Como dizia antes do aparte do deputado Ângelo Vanhoni, poderíamos ficar a manhã toda citando os dissabores, as desatenções com a educação e, principalmente, o despreparo com a gente do Paraná que foi esse período em que ela ali esteve.

Queria tão somente cumprimentar, agora, os professores, Associações de Pais e Mestres e tenho a certeza de que o futuro governo haverá de tornar nulos todos os atos que foram praticados de encontro com a técnica, com os resultados financeiros e fazer com que as ações da Secretaria da Educação sejam voltadas, principalmente, aos alunos e à educação das nossas crianças. Tenho certeza absoluta que as classes especiais do Paraná não

haverão de sofrer os dissabores que sofreram com essa administração e teremos, no futuro governo, seja do Álvaro, nosso candidato; seja do Requião, nosso amigo; seja do Padre Roque, seja do Beto Richa que acredito não vai seguir a linha desastrosa que seguiu esse atual governo no setor educacional do Paraná. Haveremos de restituir ao Paraná, uma educação como sempre teve: de primeira qualidade.

Nós que nos formamos nos bancos escolares dos estabelecimentos públicos, no colégio de Ponta Grossa, Júlio Teodorico, nosso primário; o Ginásio Regente Feijó; e no encaminhamento nosso aos bancos universitários foi no banco escolar público que formamos nossa educação, como formou-se a maioria deste Plenário, acredito do Executivo e do próprio Judiciário. Nada mais justo do que devolvermos o ensino público de qualidade e de respeito à família do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos cumprimentar a deputada Luciana Rafagnin que está comemorando mais um aniversário. Nossos cumprimentos.

(Aplausos)

No horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem colhemos assinatura no plenário da Assembleia para dar entrada a uma Emenda Constitucional que cria o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

(Lê):

#### “EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

Art. 1º - Fica criado o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na estrutura da Segurança Pública, através da alteração, modificação e inserção dos dispositivos da Constituição Estadual especificados nesta Emenda Constitucional.

Art. 2º - Os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 da Constituição Estadual, passam a ter a seguinte redação:

“§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribuna especial, em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.”

Art. 3º - O artigo 46 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar”.

Art. 4º - O artigo 48 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças estaduais, instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a prevenção da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil, atendimento pré-hospitalar de emergência, edição de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio e pânico, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel”.

Art. 5º - O artigo 49 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades”.

Art. 6º - Altera os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribu-

nal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração Pública”.

Art. 7º - Altera os incisos II e III do artigo 66 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para a reserva;

III - organização da defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”;

Art 8º - O Parágrafo 2º do artigo 108 da Constituição Estadual, passa ter a seguinte redação:

“§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.”

Art. 9º - Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, onde couber, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviços nas estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do Corpo de Bombeiros, até que se organizem as estruturas do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e Praças será regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.



Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens móveis e imóveis de seu uso.”

Art. 10 - No prazo de 180 dias, a contar da data da promulgação desta Emenda Constitucional, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Assembléia Legislativa, propondo a Lei de Organização Básica, Estatuto, Fixação do Efetivo, Código de Remuneração e outras que se fizerem necessárias à implantação e funcionamento do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art. 11 - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO

DURVAL AMARAL e

ALGACI TULIO

Apoiamento:

Nelson Garcia, Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama, Cezar Silvestri, Sérgio Spada, Divanir Braz Palma, Serafina Carrilho, Fernando Guimarães, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Luiz Carlos Alborghetti, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Moisés Leônidas, Pastor Edson Praczyk

JUSTIFICATIVA:

### 1. Introdução

O Corpo de Bombeiros do Paraná é integrante da estrutura orgânica da Polícia Militar, como órgão de execução das atividades de bombeiro, integra, na Constituição Estadual, o capítulo da segurança pública.

Este vínculo de subordinação de uma estrutura vinculado à salubridade e tranquilidade públicas, atuando no combate a incêndios buscas e salvamentos, atendimento ao trauma e às calamidades públicas, a um órgão de prestação de serviços eminentemente policial, voltado à segurança pública, muitas vezes foge à compreensão lógica causando inúmeros transtornos nas atividades operacionais, como seleção, recrutamento, formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos, na radicalização e emprego dos efetivos na canalização e otimização dos recursos financeiros e materiais.

Há setores da sociedade especialmente entre os mais conservadores, que mantém a falsa idéia de que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são instituições afins, com formação, objetivos e métodos iguais ou semelhantes.

Vislumbra-se o Corpo de Bombeiros do Paraná como uma Organização com administração autônoma, possibilitando uma identidade própria na formação e qua-

lificação de pessoal, bem como, um serviço de bombeiros mais eficiente, eficaz e efetivo.

Atualmente, dentre os 27 Estados da Federação, 19 possuem os Corpos de Bombeiros Militares autônomos, ou seja, Instituições independentes das Polícias Militares.

A desvinculação está enraizada na certeza de que a melhor organização dos instrumentos de defesa da sociedade é determinante para a eficiência do Estado, na proteção do cidadão e na integração social.

Os principais fatores a serem considerados para mostrar a necessidade da desvinculação do Corpo de Bombeiros, são:

- crescimento institucional, melhorando o atendimento à comunidade comprovado nos 19 Estados onde houve a desvinculação;
- construção de uma inteligência institucional, voltada às questões técnicas e profissionais, desenvolvendo uma cultura voltada ao socorro público;
- otimização de recursos, facilitando sua aplicação no campo tático e estratégico, e
- definição profissional do efetivo como bombeiros.

### 2. Objetivos da Desvinculação

No campo profissional, uma organização com objetivos específicos permitirá a seus profissionais uma melhor especialização.

No campo tecnológico, os benefícios serão gerados em função do acúmulo de experiência profissional em área específica, após anos de estudos. No caso, o desenvolvimento técnico do Corpo de Bombeiros estará vinculado ao grau de profissionalismo de seus integrantes.

No campo administrativo criar um organismo que se volte unicamente para os objetivos da sua missão, representará dar vida a uma estrutura enxuta e econômica, além de possibilitar:

- formação de pessoal específica, voltada para o cumprimento da missão constitucional, dispensando uma formação hídrica nos diversos níveis de adestramento policial;
- a estrutura de um corpo de Bombeiros Militar estadual, órgão prestador de serviços, não irá colidir com estruturas de bombeiros municipais ou voluntários, buscando, ao contrário, estimular e aperfeiçoar esses organismos, através de uma coordenação que possibilitará a implantação dos serviços na maioria dos municípios paranaenses. Sua estruturação como organização estadual se impõe pela necessidade de coordenação e apoio nas grandes emergências. Essa vocação estadual resultará, quando consolidada, em desejável redução de efetivos, com economia para o Estado e benefício para as populações municipais, que contarão com serviços de melhor qualidade, pois estarão voltados para uma realidade local, com apoio tecnológico do órgão estadual;
- a estruturação de um organismo menor, voltado às áreas operacionais de socorro social, não resultará em

expansão da burocracia. A estrutura administrativa atual do Corpo de Bombeiros, embora não seja inteiramente adequada, é quase auto-suficiente, dependendo do organismo da Polícia Militar, unicamente, no que diz respeito a serviços de seleção e recrutamento e alguns serviços administrativos complementares nas áreas de pessoal. E, mesmo esses serviços, poderiam ser implementados nas dimensões de uma corporação menor, com um número reduzido de pessoal.

### 3. Razões Históricas

Não se tem notícia de que em qualquer outro país do mundo, com exceção do Brasil, os Corpos de Bombeiros sejam subordinados a órgãos policiais.

No Paraná, o Corpo de Bombeiros surgiu da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários e foi fundado em 08 de outubro de 1912. Sob a inspiração do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nasceu autônomo.

Os períodos de instabilidade política vividos pela nação brasileira na década de 30, levaram o governo a transformar o Corpo de Bombeiros numa Companhia de Bombeiros Sapadores, subordinando-o à Força Pública Estadual. Até então, os serviços da pequena Corporação de Bombeiros restringiram-se à capital de um Estado, também pequeno, que a exemplo da União, sofria graves problemas de segurança interna.

Inserido no órgão policial, com características eminentemente repressivas, o Corpo de Bombeiros atuaria como órgão de apoio nos trabalhos de sapa.

O curso da história deu à Polícia Militar a sua identidade de órgão tipicamente policial, mantenedor da ordem pública, e possibilitou ao Corpo de Bombeiros mínimas condições técnicas no campo operacional, advindo do ato governamental em 1976, com a criação do quadro específico de Bombeiro Militar. Todavia, permaneceu a subordinação ao órgão policial, sendo questionada e discutida, sendo do ponto de vista profissional, as atividades de bombeiro totalmente distintas das de policial.

### 4. Aspectos Relacionados com a Missão

A Polícia Militar, por definição da Constituição Federal, é órgão incumbido da preservação da ordem pública. Como o próprio nome da Instituição sugere, a Polícia Militar deve fazer polícia ostensiva, seja de trânsito, florestal, rodoviária, de choque, de guarda, portuária, penitenciária e repressiva.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, prevendo-os como órgãos voltados à Segurança Pública, artigo 144, item V, e dispondo que a eles: “além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”, artigo 144, parágrafo 5º.

Devemos entender, porém, que com esse reconhecimento constitucional o Corpo de Bombeiros foi mal previsto como órgão de segurança pública, embora cuide das

ações voltadas à salubridade e tranquilidade da comunidade. “Os Corpos de Bombeiros Militares, em princípio, não exercem atividades de segurança pública, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações penais, com típicas ações policiais preventivas ou repressivas. A atividade fim dos Corpos de Bombeiros Militares é a de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora a defesa civil. Esta gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares diz respeito, isto sim, à “tranquilidade pública e, também, à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública”.

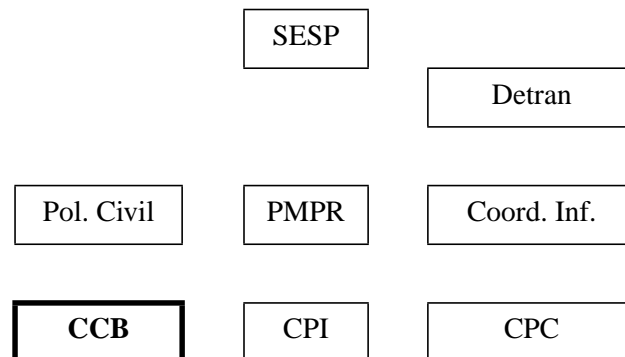
### 5. Estrutura Organizacional

#### 5.1. A intermediação policial nos assuntos de segurança contra incêndios, salvamento e socorro público

Hoje, o Corpo de Bombeiros está inserido na Segurança Pública como apêndice de um órgão policial, a PMPR. Como órgão de terceiro escalão, não tem assento à Mesa de decisões da SESP. Os assuntos relativos à segurança contra incêndios e calamidades são transmitidos à pasta através da interlocução policial, ajustados ao vocabulário, à ótica, às prioridades e aos interesses globais do órgão policial.

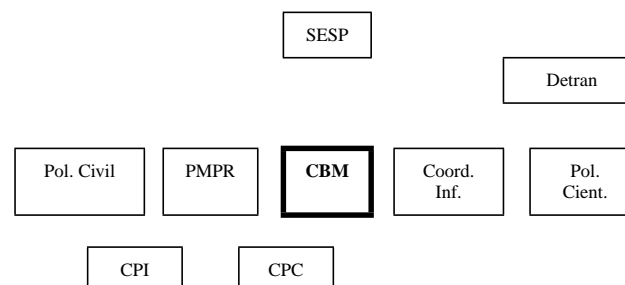
No momento em que o órgão público agiganta-se, abrindo frentes de trabalho e gerenciando outros campos de atividades não afins, desvia-se de sua missão precípua, perdendo na efetividade e na qualidade dos serviços prestados.

#### 5.2. Estrutura Atual



Do ponto de vista essencialmente técnico, no que diz respeito à missão específica de cada entidade, o que existe em comum entre a PMPR e o Corpo de Bombeiros é que ambos são órgãos de segurança pública. É esta a razão pela qual devem subordinar-se à SESP.

#### 5.3. Estrutura Pretendida



Este aperfeiçoamento estrutural permitirá maior fluidez nas decisões dos assuntos pertinentes ao Corpo de Bombeiros, eliminando entraves burocráticos nos assuntos eminentemente técnicos da Corporação, abrindo um canal de comunicação direta entre a coordenação geral e a execução das diversas atividades, inclusive de defesa civil, dando agilidade e facilitando a operacionalização dos mecanismos de defesa social.

## 6. Aspectos Relacionados com o Efetivo

### 6.1 Seleção, Recrutamento, Formação e Especialização

A ação policial se faz sentir sobre o indivíduo - o assaltante, o delinqüente, o criminoso - características de trabalho que requer do policial uma formação voltada para a área humanística.

O bombeiro intervém sobre o fato adverso - o incêndio, o acidente, catástrofe - fenômenos invariavelmente de natureza física, química ou biológica que impõe ao bombeiro uma formação nas áreas de exatas, tecnológica e biológica.

Na maioria das vezes, seja por vocação, traços de personalidade ou profissiográficos, quem for indicado para ser bombeiro não é para ser policial, e vice-versa.

Presentemente, os bombeiros recebem durante sua formação, informações na área policial e também na área de bombeiro militar porque são, por força de subordinação do órgão, policiais militares também, embora jamais venham a desempenhar a função policial propriamente dita. Esta formação assim estruturada é um desperdício, onerando os cofres públicos.

Com a desvinculação, o tempo destinado à formação, aperfeiçoamento e especialização do bombeiro militar, em todos os níveis, oficiais, graduados e praças, poderá ser melhor aproveitado com as disciplinas fundamentais voltadas para a atividade bombeiro militar, permitindo melhor qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

### 6.2 Quadro de Organização e Distribuição de Pessoal

O Corpo de Bombeiros possui um quadro próprio com terminologia e serviços diferenciados, estando sujeito às mesmas leis, estatuto, organização básica e outras, recebendo tratamento assemelhado ao do policial militar.

Fração PM	Fração BM	Nível de Comando
Batalhão	Grupamento	Tenente Coronel
Companhia	Subgrupamento	Capitão
Pelotão	Seção de Bombeiros	1º ou 2º Tenente

Segundo um princípio ternário, três Seções de Bombeiros ensejam um subgrupamento, e três subgrupamentos,

um grupamento, com o respectivo "staff" de comando e serviços, assessoramento, planejamento, supervisão e controle.

Hoje a menor fração destacada, Seção de Bombeiros, possui um efetivo de aproximadamente 30 bombeiros e é comandada por um oficial, 1º ou 2º Tenente. Esta estrutura, se aberta à participação comunitária, reduzirá e proporcionará o atendimento por bombeiros a maior número de municípios. Hoje o Corpo de Bombeiros se faz presente em apenas 46 municípios dos 399 existentes.

## 7. Avaliação do Custo para a Desvinculação do Corpo de Bombeiros

Diferentemente do que se possa em princípio imaginar, a desvinculação do Corpo de Bombeiros, num primeiro momento, não implicará em custos para o Estado do Paraná, e, num segundo momento, em função do aprimoramento e expansão dos serviços, implicará em custos que em função do benefício social, serão considerados irrelevantes, tanto para o Estado quanto para os municípios onde ele presta os seus serviços.

### 7.1 Economia na desburocratização

O Corpo de Bombeiros já possui uma estrutura montada de controle e administração de material e pessoal. Este serviço é duplamente efetuado pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar.

São relatórios, fichários, arquivos, correspondência, despachos, funcionários com as mesmas funções, dificultando soluções e encarecendo o produto final.

### 7.2 Economia no Emprego do Efetivo

Dar-se-á a partir de uma reestruturação organizacional efetiva, racional e equilibrada, diferenciada do modelo atual, sendo aberta à participação da comunidade, ajustável às características e riscos das localidades a proteger, ampliando o número de municípios atendidos e conseqüentemente levando os serviços de bombeiros a uma parcela maior da sociedade paranaense.

### 7.3 Economia pela Geração de Recursos

Os serviços do Corpo de Bombeiros podem gerar recursos municipais, carregados para fundos especiais de reequipamento do Corpo de Bombeiros, administrados pelos municípios. Aliviando o Estado dos encargos de manutenção e reequipamento. Na medida em que mais municípios serão atendidos, maiores recursos serão gerados e carregados para as atividades de combate a incêndios e calamidades no Estado do Paraná.

A existência de Corpos de Bombeiros nos municípios permite a reclassificação de classe daquele município, junto às companhias seguradoras, incentivando a implantação de novas indústrias e comércio em geral.

## 8. Alterações Constitucionais Necessárias

### Capítulo III

#### Dos Militares Estaduais

Art. 45 -...

§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

### Capítulo IV

#### Da Segurança Pública

Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar

Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar forças estaduais instituições permanentes e regulares organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário de florestas e de mananciais além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil atendimento pré-hospitalar de emergência edição de normas relativa à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios e pânico além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reservas do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial que definirá suas estruturas, competências,

bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para reserva:

III - organização da Defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar do Corpo de Bombeiros Militar;

Art. 108 -...

§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

#### ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão sobre a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviço na estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica prestada pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do Corpo de Bombeiros, até que se organize a estrutura do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1.994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e praças será regulamentado por decreto do Chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens e imóveis de seu uso.

## 9. Conclusão

Hoje, reflexo da discussão nacional de mudanças no Sistema de Segurança Pública, o Corpo de Bombeiros é motivado, inclusive com apoio de várias autoridades ligadas à área de segurança, a se preparar para aquilo que será inevitável: a desvinculação do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Refletindo acerca desses fatos relatados, indaga-se se seria viável ou não, esta desvinculação tanto à Polícia Militar, quanto para o Corpo de Bombeiros?

A criação do Corpo de Bombeiros não traria qualquer instabilidade ao Estado, pelo contrário, passaria a contar com mais uma força voltada às suas atividades, atuando com maior profissionalismo.

O Corpo de Bombeiros Militar se posicionaria como instituição co-irmã da Polícia Militar, já evidenciado na constituição estadual em seu artigo 45. “São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”. E, ainda, passaria a desenvolver planejamentos estratégicos que venham permitir investimento na profissionalização do bombeiro, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar o profissional num universo próprio de suas atividades.

Com este propósito espera-se:

1. isentar o órgão policial - PMPR - das atribuições não policiais, a fim de permitir dedicação exclusiva ao que deve fazer - Segurança Pública;

2. estender às principais cidades paranaenses os serviços do Corpo de Bombeiros através da racionalização dos seus efetivos já existentes, em parceria com as comunidades;

3. facilitar a comunicação junto à administração central, de competência do Corpo de Bombeiros, principalmente referente à sua missão fim;

4. possibilitar ao Governo do Estado usufruir do prestígio e credibilidade que a instituição Corpo de Bombeiros desfruta perante a opinião pública brasileira;

5. proporcionar ao público interno do Corpo de Bombeiros, a conquista de uma identidade própria;

6. promover as mudanças à desvinculação com o aumento mínimo de despesa para a administração pública; e,

7. aprimorar a qualificação técnica do pessoal, com a formação, aperfeiçoamento e especialização na área específica de bombeiros a fim de proporcionar melhoria no desenvolvimento dos serviços públicos.

Temos convicção que a Organização, tomada pelo seu espírito de inovação e mudanças, já atingiu o grau de maturidade e o nível técnico profissional necessários e suficientes para trilhar seus próprios caminhos, sendo a desvinculação um procedimento que irá lapidar a qualidade dos serviços de socorro prestado à comunidade paranaense.

Na busca da melhor solução, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, lado a lado, cada um realizando a sua missão, sem superposições, certamente, fortalecerão os laços de bom relacionamento já existente, atingindo seus objetivos maiores - A Prestação de Serviços com Qualidade.

A desvinculação é, enfim, o voto de confiança que o Corpo de Bombeiros espera receber de toda sociedade paranaense, a quem tem servido sem mensurar esforços, na sublime tarefa de salvar vidas e bens, desde 08 de outubro de 1912.”

Por isso tudo, senhor presidente, é que nós estamos apresentando, com a assinatura de mais de 30 parlamentares, a Emenda Constitucional que nós desejamos ver acolhida por esta Casa e também pelo Governo do Estado, até porque, como já disse, dos 27 estados brasileiros, 19 já possuem o Corpo de Bombeiros independente da Polícia Militar, desvinculado da Polícia Militar. E este desejo da desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar não é apenas o desejo daqueles que fazem parte, hoje, da estrutura do Corpo de Bombeiros mas é demonstrado pelos integrantes da própria Polícia Militar que já se manifestaram favoráveis a esta alteração.

Por isso tudo apresentamos a emenda ontem, assinada por mais de 30 parlamentares, inclusive com o apoio do deputado Elio Rusch que também entende, perfeitamente, que a desvinculação é necessária.

Então, espero que os senhores parlamentares, que nosso corregedor deputado Caíto Quintana, o mais depressa possível analise esta Emenda Constitucional, verifique a sua legalidade, a sua constitucionalidade, para que venha ao plenário ainda este ano para atender ao anseio da comunidade do Corpo de Bombeiros.

Era só, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional d autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de Lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação infantil e Ensino Fundamental com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, com sede e foro em Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto São José- ISJ, com sede e foro na comarca de Peabiru. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII- Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro na comarca de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do bairro Santa Terezinha, com sede e foro no município de Clevelândia. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2002, de 21.05.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Bairro Santa Terezinha, com sede e foro no município de Clevelândia.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e a constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ALGACI TULIO** - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede e foro nesta Capital. **COM PARCER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05/08/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 533/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense Pró Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06/08/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 544/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário - Codesc, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de requerer que o Item 09 passasse para o final da pauta, tendo em vista que o deputado Cezar Silvestri já está chegando a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro o requerimento de V. Exa.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangélica Sul América - Acesa, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19/08/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 571/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo

declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangélica Sul América - Acesa, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19/08/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 576/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2002, de 20/08/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 578/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2002, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, imóvel de propriedade do Estado, situado nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09/09/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 580/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a ceder ao Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, imóvel de propriedade do Estado, situado nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2002, de 26/08/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 582/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Butiatuvinha - Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2002, de 26/08/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 586/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Butiatuvinha - Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2002, de 27.08.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 589/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede no município de Cantagalo e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 589/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede no município de Cantagalo e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2002, de 27.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 590/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somo de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 590/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, com sede e foro em Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2002, de 27.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 591/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação e Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2002, de 27.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 592/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, fico aqui pensando que de repente pode não vir a mensagem do governador e, em função disso, a Assembléia não tenha quórum estabelecido e devo realmente, protocolar nos próximos instantes, um pedido de prorrogação do prazo de funcionamento da CPI dos Alimentos.

Mas, quero dizer a V. Exa. e aos demais do plenário, até em função da polêmica que ocorreu ontem aqui, com o relatório da América Latina Logística, em que pese nós, na semana passada e nesta, não teremos realizado as reuniões ordinárias da CPI dos Alimentos, e isso decorre certamente, da dificuldade que temos para ter a presença dos deputados.

Quero informar a esta Casa que, mesmo não havendo as reuniões ordinárias que semana e costumeiramente realizávamos, os trabalhos da CPI continuam dentro de um ritmo bastante acelerado não só através da Presidência, dos relatores, individualmente de cada um dos membros da CPI, mas em especial num ritmo bastante acelerado pelas entidades que nos apóiam e que participam diretamente das conduções dos trabalhos da CPI.

Já tivemos oportunidade de relatar a esta Casa que no caso do leite temos um relatório previamente aprovado; temos uma ação concreta e efetiva da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, do Sindicato da Indústria do Leite do Paraná, que juntos estabeleceram uma parceria e contrataram os serviços da Universidade Federal do Estado do Paraná para que essa instituição, a exemplo do que já faz para a cana-de-açúcar e para a laranja, estabeleça parâmetros, mecanismos, normas pelas quais possa se estabelecer preço de referência ao leite adquirido dos produtores rurais e desta forma poderá o produtor rural conhecer antecipadamente, o preço que vai ser pago a ele pelo leite que está entregando.

Hoje, sabem os senhores deputados e aqueles que estão neste recinto, que os produtores entregam o leite e só vão saber trinta, quarenta dias depois, quanto vai ser pago por esse litro de leite.

Então, na questão do leite está avançando.

Na questão do subitem café, a CPI também produziu um projeto que acabou se transformando em lei e tive o privilégio de ter a parceria nesse projeto do presidente Hermas Brandão, onde instituímos o selo de qualidade para o café vendido, consumido no Estado do Paraná.

E isso, evidentemente, vai permitir que tenhamos a oferta para os consumidores de um produto de qualidade.

No que diz respeito à carne suína, que é o item que estamos agora nos debruçando sobre ele, é sempre bom lembrar que a CPI, através da Presidência, da Relatoria Geral, do deputado Silvestri, da sub-relatoria, deputado Ademir Bier e dos demais integrantes, esteve em reuniões em Florianópolis, por duas vezes em Brasília com o ministro da Agricultura, com os integrantes da Confederação Nacional da Agricultura, com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Estivemos em Francisco Beltrão, em Marechal Cândido Rondon, em Laranjeiras do Sul, em reuniões, audiências públicas com suinocultores e aqui em Curitiba pelo menos umas seis reuniões tivemos a oportunidade de realizar.

E agora, nesta fase que antecede o período eleitoral, que temos dificuldade para reunir os senhores parlamentares, a CPI continua funcionando, neste caso específico da carne suína, na Câmara Setorial da Suinocultura reativada pelo secretário Deni Schwartz.

Esta Câmara Setorial tem tido reuniões semanais onde se discute toda a problemática da suinocultura e a principal meta nesse instante é que possamos ver aumentado o consumo da carne suína e desta forma termos melhorias para o preço a nível de produtor rural.

Então, senhor presidente, senhores deputados, em que pese não estarmos tendo nesta semana e não termos tido na semana passada as reuniões ordinárias da CPI dos Alimentos, ela continua funcionando a todo vapor, a todo ritmo e temos certeza que, no decorrer do mês de outubro, termos passado o período eleitoral, poderemos sim fechar o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito e desta forma trazer ao Plenário o relatório das conclusões desta nossa CPI que sem sombra de dúvidas, foi uma das que mais trabalhou, que mais produziu informações e oportunidades de trabalho. Não só aos senhores deputados, não só assessoria, mas ao conjunto das instituições deste Estado do Paraná.

Era isso que queria dizer, senhor presidente e faço chegar à Mesa em instantes, o requerimento pedindo a prorrogação para funcionamento da CPI dos Alimentos, para que possamos logo após as eleições, concluir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. vai encaminhar o requerimento então.

Vamos pôr em votação o item 09.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao senhor Alfredo Gelinski. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 105/2002, de 13/08/2002)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 563/2002****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Alfredo Gelinski.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e por estar de acordo com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as normas e requisitos para o título de

Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Solicito ao 1º secretário proceder à chamada nominal.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Queria anunciar com alegria, a visita do prefeito de Rosário do Ivaí, Alcione Woziack junto com o nosso querido mano e com o Leandro, que estão fazendo visita aqui à Assembléia Legislativa.

Sejam bem-vindos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nossas boas-vindas ao prefeito e seus companheiros.

**O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (Pela Ordem)**

Gostaria, senhor presidente, de chamar a atenção de V. Exa. porque ontem, diante dos contratempos que tivemos aqui, com relação à presença dos deputados estaduais, tive a iniciativa de propor uma emenda à Constituição e vou protocolar à Mesa, para que possamos, no ano em que houver eleição para deputado estadual, que tivermos as eleições no Estado do Paraná, que pudéssemos fazer uma alteração do recesso dos senhores deputados, do mês de julho para trinta dias antes do dia da eleição.

Então, vou protocolar à Mesa essa proposta, na intenção evidentemente, de sanar esse contratempo que tivemos aqui e gostaria de ter, senhor presidente, o apoio dos senhores deputados para essa proposta.

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Senhor presidente, estamos também protocolando nesta Casa, projeto de lei que visa reduzir o ICMS dos veículos fabricados no Paraná, para taxistas, transporte escolar e principalmente para representantes comerciais.

É uma medida, uma vez que o Governo do Estado já dilatou o prazo de recolhimento desse ICMS, entendemos que desta forma poderíamos estar beneficiando aqueles profissionais paranaenses que precisam efetivamente, do veículo para desenvolver suas atividades. E desta forma estariam, portanto, tendo um benefício com os veículos produzidos aqui no Estado do Paraná.

Pretendemos protocolar esse projeto dentro desta semana ainda. Estamos ultimando seus estudos, uma vez que há necessidade de ser bem averiguado, nos mesmos moldes do Projeto Nacional.

Com isto, teríamos prazo para poder realizar este projeto de lei.

Gostaria de pedir o apoio e a compreensão dos companheiros para este projeto.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados, com a solicitação da proposta do deputado Marcos Isfer, indagaria ao Líder do Governo ou ao próprio deputado Marcos Isfer, que proponha a redução do ICMS para os veículos fabricados no Paraná, no sentido de como fica aquela propaganda do “porquinho do Lerner”.

Se ele tem os oitocentos milhões para serem gastos logo no início ou se ele entrou também nesse roldão dos quatorze anos de prorrogação. Porque dependendo, nós já temos até beneficiado as empresas e seria apenas uma compensação gráfica do ICMS, porque toda aquela propaganda feita em direção ao povo do Paraná, dizendo que tinha a poupança de oitocentos milhões de reais, ela foi diluída para mais quatorze anos.

**O SR. MARCOS ISFER**

Agradeço o aparte de V. Exa., mas realmente, não temos como esclarecer, porque acredito que isso não exista.

E já que não existe, vamos beneficiar a nossa classe produtora paranaense.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Chamada dos senhores parlamentares, para votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)**

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)**

Primeiramente, quero agradecer V. Exa. pela possibilidade de fazer o encaminhamento.

O empresário Alfredo Gelinski foi um dos fundadores da Federação da Indústria de Guarapuava. Recentemente, foi homenageado pela Federação da Indústria do Paraná. É um dos empresários mais respeitados da nossa cidade de Guarapuava e que contribuiu muito, não só para Guarapuava, mas, com certeza, para todo o Paraná.

Como todos os colegas deputados sabem, estou me despedindo da Casa, porque saí candidato a deputado federal; e não poderia deixar passar o meu mandato sem fazer essa homenagem. Por isso, peço a todos os colegas deputados e até porque nos meus doze anos como deputado estadual, apresentei apenas dois títulos de Cidadania Honorária ou Benemérita e com certeza, esse seria o reconhecimento do povo de Guarapuava e do Paraná a esse empresário que muito contribuiu para o crescimento da nossa cidade e do nosso Estado.

Então, peço a todos os companheiros deputados, independente de partido político, que me auxiliem votando favoravelmente ao título de Cidadania Benemérita do Paraná ao senhor Alfredo Gelinski.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)  
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Trinta e seis senhores votantes.  
Solicito aos deputados Eli Ghellere, Marcos Isfer e Vanhoni, para fazerem a escrutinação.  
Trinta e seis senhores parlamentares votaram favoráveis à concessão de Cidadania Honorária ao senhor Alfredo Gelinski.  
**Aprovado por unanimidade.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Sobre a mesa, Requerimento nº 2222, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimentos nºs 2224 e 2225, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2226, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2229, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2230, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2232, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2233, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimento nº 2234, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, tendo como presidente o deputado Orlando Pessuti e como relator o deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a prorrogação de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias contados a partir de 04 de outubro de 2002, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

VOTACÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 456, 513 e 514/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364, 533, 544, 563, 571, 576, 578, 580, 582, 586, 589, 590, 591 e 592/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141/99; 208, 253, 509, 556, 564, 572, 573 e 587/2002.

Levanta-se a Sessão.

#### Ata de Comissão:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Sérgio Spada e Serafina Carrilho. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 592/2002, de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 594/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 544/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 509/2002, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 364/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 253/2002, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa. - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 563/2002, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 580/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sergio Spada - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 576/2002, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 571/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 573/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 12)

Projeto de Lei nº 578/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 572/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 593/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 586/2002, de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 582/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 533/2002, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 587/2002, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 557/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados José Maria Ferreira e Serafina Carrilho; 21)

Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado José Maria Ferreira; 22) Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL À EMENDA de Plenário, do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 281/2002, de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 180/2002, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária